

O rio personagem em *O que falam as águas?* (2022), de Ezequiel Vitor Tuxá

The river as a character in O que falam as águas? (2022), by Ezequiel Vitor Tuxá

Joel Vieira da SILVA FILHO*

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

RESUMO: O presente texto tem o objetivo de apresentar o rio como personagem no romance *O que falam as águas?* (2022) do escritor indígena Ezequiel Vitor Tuxá. Para tanto, observei como o autor investe na escrita romanesca para apresentar as memórias do seu povo e como o rio é entendido como um sujeito de direito e como um ancestral que fala. Na construção do romance, entendo o rio que fala como um sujeito ativo, encantado, não como repertório metafórico, uma vez que a escrita indígena, mesmo que ficcional, desvia da cosmovisão branco-europeia. Assim, caminhando com o que aponta Krenak (2022) em *Futuro Ancestral* “vamos escutar a voz dos rios, pois eles falam”, compreendo que ouvir o rio é uma forma de se conectar com a ancestralidade. Para contribuir no desenvolvimento das ideias, as discussões Ailton Krenak (2022), Daniel Munduruku (2017), Gagnebin (2009) entre outros/as, serão acionadas.

PALAVRAS-CHAVE: Rio personagem. *O que falam as águas?* Encantado.

ABSTRACT: This text aims to present the river as a character in the novel *O que falam as águas?* (2022) by indigenous writer Ezequiel Vitor Tuxá. To this end, I will observe how the author invests in novelistic writing to present the memories of his people and how the river is understood as a subject of law and as a speaking ancestor. In the construction of the novel, I understand the river that speaks as an active, enchanted subject, not as a metaphorical repertoire, since indigenous writing, even if fictional, deviates from the white-European worldview. Thus, in line with what Krenak (2022) points out in *Futuro Ancestral*, “let us listen to the voice of the rivers, for they speak,” I understand that listening to the river is a way of connecting with ancestry. To contribute to the development of ideas, the discussions of Ailton Krenak (2022), Daniel Munduruku (2017), Gagnebin (2009), among others, will be used.

KEYWORDS: Rio Character. *O que falam as águas?* Enchanted.

Introdução

– Algumas lembranças irão pertencer às profundezas das águas, silenciadas por muito tempo, mas jamais serão esquecidas. E no momento certo lutarão para vir à superfície, uma vez que o seu lugar é à vista de todos e todas; elas serão ouvidas. A verdade romperá as pedras que você edificou no rio. E o rio jorrará.

* Doutorando em Estudos Literários no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas. Bolsista Fapeal. E-mail: joel.filho17@outlook.com.

Ele revelará o que foi oprimido. E você sabe do que o rio é capaz, não sabe? (Tuxá, 2022, p. 13).

As águas são essenciais para a sobrevivência da espécie humana. Escrevo águas no plural porque diversos são os corpos dos rios que banham as terras e oferecem a diferentes povos a possibilidade de saciar a sede. Há de se pontuar que, muitos povos vivem cercados pela escassez, pela falta; outros vivem o excesso, as enchentes, a destruição causada pela força da água. Entre os Tuxá, povo indígena da Bahia, as águas movem narrativas, as águas saciam a sede, as águas moveram pessoas. Em seu romance de estreia, o escritor indígena Ezequiel Vitor Tuxá, apresenta-nos o que falam as águas, essas ancestrais que tecem o corpo e a vida de tantos indígenas ribeirinhos de alguns estados nordestinos. No romance memória, romance crítica, romance água, é narrado, por meio de uma prosa poética o que a chegada do homem branco (Pedro), e a construção de uma hidrelétrica (Usina de Itaparica) provoca na vida dos Tuxá, mais precisamente nas vidas de Añi e Joaquim/Tuxá.

O que falam as águas? foi publicado em 2022, e originou-se a partir do projeto LIVRO-LUGAR: edição de narrativas de comunidades tradicionais e periféricas (IHAC/UFBA), coordenado pela Professora Laura Castro. Ezequiel Vitor Tuxá nasceu em Ibotirama, Bahia, em 1997. Jovem escritor, é também psicólogo, artista e pesquisador. Pertence ao povo Tuxá Kiniopará¹, que resiste no oeste baiano mesmo depois da migração com a construção da usina hidrelétrica de Itaparica, conhecida como Hidrelétrica Luiz Gonzaga². A migração da família e a construção da usina servem de mote para a construção do romance de Ezequiel Vitor Tuxá. Embasado nas memórias de seus

¹ A comunidade indígena Tuxá Kiniopará localizada em Ibotirama no Oeste da Bahia é formada por uma parte do grupo de etnia Tuxá, Rodelas antiga. São indígenas que sofreram com os impactos da construção da Barragem de Itaparica, projeto desenvolvido pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e que por esse e outros motivos foram reassentados para um diferente local que atendesse as demandas do grupo liderado pelo cacique Manoel Novais. Disponível em: <https://livrolugar.com.br/comunidade/aldeia-tuxa-kiniopara/>. Acesso em 2 de setembro de 2024.

² A Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga fica localizada no município de Petrolândia, em Pernambuco, a 312 km da foz do rio São Francisco e a cerca de 50 km a montante (correnteza acima) do Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso. O enchimento do lago da Hidrelétrica Luiz Gonzaga inundou áreas dos municípios de Abaré, Chorrochó, Glória e Rodelas, no Estado da Bahia, e de Belém do São Francisco, Floresta, Itacuruba e Petrolândia, em Pernambuco. As sedes dos municípios de Itacuruba, Petrolândia e de Rodelas, além do povoado de Barra do Tarrachil no município de Chorrochó, que ficavam dentro de áreas que foram inundadas, tiveram de ser reconstruídas em outros locais. No total, cerca de 36 mil pessoas foram impactadas direta e indiretamente pela construção da Usina Hidrelétrica (De Sousa, 2019). Disponível em: <https://ferdinandodesousa.com/2019/05/29/a-usina-hidreletrica-luiz-gonzaga-e-os-novos-tempos-nas-relacoes-sociais/>. Acesso em 12 de setembro de 2024.

familiares, já que nasce no novo território, o autor propõe por meio da escrita romanesca tecer a narrativa de um menino indígena Tuxá que vive deslocado por ter crescido sem saber de suas origens, sendo filho de um pai branco (Pedro) que esconde a identidade do filho.

Sobre a importância da memória para a construção do romance, em entrevista a Joel Silva Filho, Ezequiel Tuxá fala sobre esse processo:

A memória foi muito importante para a construção desse romance. Antes de iniciar o processo de descrição do espaço, eu realizei uma pesquisa com minha avó e meu pai para além das escutas que eu fazia. Eu imaginei como seria esse romance e a partir daí fui ter contato com os mais velhos, traçando e mapeando como seria esse local. Meu pai fez até um mapa de como eram as ruas, os espaços da antiga Rodelas, para eu me localizar bem. Foi muito legal porque eu tive duas visões bem diferentes. Meu pai era criança quando saiu de lá e falava muito do rio. Já a minha avó falava muito das casas, ruas e igreja. Mas para escrever eu não estava preso ao que realmente era certo, eu queria essa brincadeira de construir mesmo um novo local que respeitasse minha imaginação. Mas muito do que está no romance foi a partir das referências da minha vó, meu pai e outras pessoas, como, por exemplo, o Felipe Tuxá (Silva Filho, 2024, p. 103).

Ouvir os mais velhos levou o autor à construção do texto. Como exposto na entrevista, ouvi-los foi essencial. No entanto, o autor também salienta a liberdade imaginativa para compor o romance memória. Felipe Tuxá, importante antropólogo do povo Tuxá e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi também uma referência para a composição do romance *O que falam as águas?* (2022).

A epígrafe evocada no início deste texto está presente no primeiro capítulo da obra. Composto por 15 capítulos, consideravelmente curtos, e comandados pela voz narrativa de um narrador observador, o romance é construído por essa voz, que traz também, em diversos momentos, as vozes dos próprios personagens. Na epígrafe consta o que fora dito pelo pajé da aldeia Tuxá. O romance inicia-se com o ancião segurando um bebê, negando entregá-lo ao “homem branco de meia-idade” (Tuxá, 2022, p. 12), que solicitava imperiosamente ao pajé que lhe entregasse a criança. O sábio ancião Tuxá alertava que “ela”, neste caso, a mãe, havia deixado o bebê com ele, no entanto, o narrador observa que “por mais que lhe doesse o coração, o Pajé teria de entregá-lo, por lei” (Tuxá, 2022, p. 13). No momento da entrega, ele exclama o que consta na epígrafe: mesmo que demore, o que fora silenciado nas profundezas das águas jamais será esquecido. De forma direta, pela voz do ancião, o leitor pressupõe que o personagem Pedro é o antagonista da

obra. As pedras edificadas no rio adquirem tom metafórico e literal, uma vez que o personagem será responsável pela construção da usina que afetará a terra dos Tuxá, bem como por outros acontecimentos no decorrer do romance. O pajé encerra o seu narrar com uma frase emblemática: “e você sabe do que o rio é capaz, não sabe?” (Tuxá, 2022, p. 13).

1. O rio personagem: a voz do encantamento

Ailton Krenak (2022, p. 11) destaca que “os rios, esses seres que sempre habitaram os mundos em diferentes formas, são quem me sugerem que, se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui”. Pensando em um futuro ancestral, Krenak se apoia na cosmovisão do rio, entendendo-o como um companheiro que sempre esteve presente em diversos mundos e formas. Cabe pensarmos como os povos indígenas mantêm relações consonantes com os rios e como afetar esses corpos d’água é afetar também os povos tradicionais. Tal como os Tuxá, que foram afetados com a construção da usina de Itaparica, que alagou seu território, que enfrentaram a migração e enfrentam até nos dias atuais a luta pelo território em Rodelas, Bahia;³ diversos outros povos vêm-se vítimas de invasões, construções, poluições e matança de seus rios. Os indígenas da região do Rio Xingu sofrem até hoje com a construção da Usina de Belo Monte; já os Krenak, padecem com o desastre ambiental do rompimento da barragem de Mariana que invadiu o Rio Doce. Diversos outros povos não podem mais consumir as águas devido à mineração e à poluição.

Retornando ao texto de Vitor Tuxá, é possível dizer que o romance se inicia pelo meio, pois, a entrega do bebê a Pedro acontece após a “suposta morte de Añi”, a mãe, e dos avós da criança. A partir do capítulo 2, o romance tem o início cronológico da narrativa. Nesse contexto, o leitor conhecerá quem são Añi e Pedro e como ele entra no

³ Sobre o povo indígena Tuxá, o antropólogo Felipe Tuxá – Felipe Sotto Maior Cruz (2017, p. 35) diz: A nação indígena Tuxá, da qual faço parte, é composta por índios remanescentes dos vários povos indígenas aldeados ainda no século XVII nas missões dos trechos encachoeirados do Sub Médio São Francisco, entre os atuais estados de Pernambuco e Bahia. Trata-se de um grupo com longo histórico de contato, cuja principal aldeia se encontra hoje no município de Nova Rodelas, no Estado da Bahia, em uma pequena parcela de terra reservada para a habitação dos indígenas dentro da cidade. Um evento central que marca a nossa memória foi uma enchente que ocorreu no Rio São Francisco antes mesmo de termos sido aldeados e que foi responsável pela nossa mudança da Ilha do Zorobabé para a terra firme, em um lugar que posteriormente ficou conhecido como Rodelas.

território Tuxá. Pedro se apresenta a Añi como um escritor de Brasília, que possui família em Portugal. Eles se conhecem na alvorada, uma festa tradicional da cidade. A indígena “Añi era a filha do Cacique Eduardo da aldeia Tuxá de Rodelas” (Tuxá, 2022, p. 16). O narrador destaca que aos 20 anos de idade, a jovem indígena apaixona-se perdidamente por Pedro. Nota-se, então, uma proximidade do romance indígena com o romance indianista de José de Alencar; tal como Martim adentra ao território tabajara de Iracema, Pedro introduz-se ao território Tuxá de Añi. Vitor Tuxá aproxima questões do romance alencariano do seu texto romanesco, mas relê a narrativa indianista, dando ao seu texto uma dimensão própria, identitária e política. Numa descrição aos moldes românticos, a indígena chama a atenção do homem branco, que ficaria alguns meses na cidade e, sendo escritor, ainda não sabia sobre o que escrever; mas, ao encontrar Añi, surgiu a inspiração. A paixão da indígena com o homem branco acontece em ambos os romances e, tal como acontece em *Iracema*, em *O que falam as águas?* tal paixão acontecia:

A contragosto, pois o admirado Cacique Eduardo aprendeu com seus antepassados e com as experiências como líder do seu povo a não confiar em nenhum homem branco, mesmo tendo sido condescendente. Ainda mais com todas as perseguições, mortes e até um projeto de construção de barragem que os Tuxá enfrentavam por serem donos de ilhas férteis, em especial a Ilha da Viúva (Tuxá, 2022, p. 20).

O romance entre Añi e Pedro não era bem visto tanto pelo Cacique, pai da indígena, quanto pela comunidade, que começou a questionar a liderança. A construção da barragem era um tema que assombrava a comunidade e a inserção de um branco na comunidade não seria uma boa ideia. Mas, mesmo com toda desconfiança e todo falatório da comunidade, Añi se casa com Pedro que se mostra diferente daquele rapaz que conquistara a moça, negando o desejo da personagem de se casar em seu território sob as palavras do Pajé. Assim, casam-se “na igreja de São João Batista, sob as leis e os contratos brancos” (Tuxá, 2022, p. 23). A personagem indígena casa-se com um vestido branco costurado por sua mãe e com um cocar branco de penas que “custou a Añi fazer Pedro aceitar que ela usasse esse acessório indígena” (Tuxá, 2022, p. 23). Pela descrição narrativa, percebe-se que a personagem, mesmo em seu território, precisava se adaptar aos desejos e caprichos de Pedro, o homem branco. Após o casamento, as núpcias ocorrem à beira do Opará, lá acontece a concepção.

O romance de Ezequiel Vitor Tuxá não se desenvolve em apenas um local fixo. No primeiro capítulo o espaço era a casa do Pajé; no segundo, a aldeia Tuxá; no terceiro, a cidade de Porto dos Enxutos é o novo espaço em que os atos são desenvolvidos. A criança do capítulo primeiro, tomada do Pajé por Pedro, agora com 12 anos, chama-se Joaquim e, na descrição narrativa, não possuía nenhum traço próximo ao do pai, Pedro. Joaquim estudava no Colégio Católico Padre Anchieta que “ganhava de longe como a pior parte do dia de Joaquim” (Tuxá, 2022, p. 30). Diversas são as referências no romance do autor Tuxá. O nome do colégio que o menino Joaquim estuda, recebe o título de um catequizador, está em consonância com o que enfrenta o personagem: vê-se sem saber de sua história, sofre bullying por ser “diferente”, é narrado pela visão dos outros, tal como fez o catequizador, como estranho, selvagem, bruto.

Ezequiel Vitor Tuxá se envereda pela escrita romanesca, ação principiante nas produções literárias indígenas. Antes dele, poucos autores adentraram ao gênero. Com a ascensão do romance enquanto gênero, no século XIX, a produção romanesca adquire a marca de gênero predileto da crítica. Diversos teóricos se debruçaram sobre romances para destacar duas funções e inesgotabilidade, como faz Bakhtin ao observar os romances do russo Dostoiévski. A forma literária do romance chamava (chama) a atenção da crítica, e a possibilidade de desdobramentos diversos faz o gênero possuir grande relevância até nos dias de hoje. A escrita de romances indígenas destoa do modelo canônico de se produzir a obra. Talvez, a escrita estava apartada da noção de romance da modernidade e bem mais próxima da ideia de romance contemporâneo. Assim, Adriano Schwartz (2013, p. 84) observa que a “mistura de ficção e autobiografia é uma das características mais marcantes do romance contemporâneo”.

Daniel Munduruku, autor indígena com maior número de livros publicados, lançou em 2018 a obra *O Karaíba: uma história do Pré-Brasil*. Já em 2019, outro escritor Munduruku, Ytanajé Coelho Cardoso, publicou pela Editora Valer o romance *Canumã: a travessia*. No Nordeste, o cacique Juvenal Payayá já investiu no formato. Dessa forma, o romance, enquanto gênero literário mais acessado pela crítica e pelo público leitor, vem ganhando novos contornos nas literaturas de autoria indígena. Ezequiel Tuxá, então, investe também na forma romanesca e adentra a esse gênero já acessado por outros/as autores indígenas. Assim, a escrita do romance *O que falam as águas?* não se afasta da noção de imbricar ficção e realidade; pois, embora não tenha enfrentado os desafios de

seus antepassados na migração com a construção da usina, Ezequiel Tuxá é resultado de um processo de crescimento na cidade, distante do berço ancestral, tal como acontece com Joaquim no romance.

Vitor Tuxá traz para a sua prosa um ponto que toca nas vidas de diversas pessoas indígenas: o não respeito ao indígena quando está fora do seu território. O personagem Joaquim era ridicularizado na escola e sofria com comentários maldosos de colegas e professores. Selvagem, bicho do mato, animal, eram alguns dos adjetivos que pairavam sobre o menino. Na cidade, como diferente, o personagem indígena vê-se deslocado, negado, intimado, deslegitimado, xingado. O romance é descritivo e o narrador não poupa palavras para descrever as adversidades que o personagem Joaquim atravessou.

A partir do capítulo 4, nós, leitores, passamos a compreender a relação do título do livro com a potente afirmação do pajé Tuxá “você sabe do que o rio é capaz, não sabe?” (Tuxá, 2022, p. 13). O narrador inicia o capítulo afirmando que “Joaquim sempre gostou de mergulhar” (Tuxá, 2022, p. 38). No entanto, notamos o atravessamento que o pai significava ao menino. Desrespeitado na escola, a criança era também negada em sua casa. O pai, Pedro, proibia o menino de mergulhar no Rio São Francisco. A ligação do personagem com o sujeito rio passa a se estreitar com a negação do pai e o desejo de mergulhar. Nesse sentido, o rio adquire a condição de personagem e pode ser entendido como um sujeito de direito, assim como um ancestral para os povos indígenas que com ele se relacionam e depois também para Joaquim.

Durante o romance, veremos que diversas pessoas atravessam a vida de Joaquim, mas poucas o compreendem ou o respeitam. Um dos personagens que dialoga com o menino e o entende é o professor de natação Cauê (depois chamado de Pirá). Por estar proibido de mergulhar no rio, as aulas de natação aconteceriam na piscina do Clube Antonio Ferreira Britto. O professor Cauê é descrito como “um homem franzino, cabelos longos e crespos, traços e cor de pele que se aproximavam aos de Joaquim, o que gerava certa identificação no garoto” (Tuxá, 2022, p. 39). A identificação gerada e a confiança do menino no professor, gera um princípio de empatia e amizade, de modo que as aulas de natação eram um escape na vida tão conturbada de Joaquim. Em consonância à narrativa de Joaquim, a cidade de Porto dos Enxutos enfrentava um problema de abastecimento de água e, por esse motivo, as aulas de natação estavam suspensas na piscina e aconteceriam no rio. A negação do pai em concordar com tal ato, faz com que

o professor, simpatizante do menino, leve-o em segredo. Joaquim nunca havia conhecido o rio, ao vê-lo, ficou sem reação, o que provocou estranhamento em Cauê: “o homem que trabalha com barragens tem medo que o filho dê um mergulho no rio” (Tuxá, 2022, p. 43). Mesmo com a dúvida, o professor Cauê orienta Joaquim e apelida-o de menino peixe. Ao entrar no rio, o “Velho Chico o abraçou” (Tuxá, 2022, p. 43), e nesse momento a narrativa de Joaquim adquire outro tom. O rio passa a se relacionar diretamente com o menino; uma relação ancestral, que os liga de maneira subliminar, porque, como aborda Krenak (2022, p. 14), quando nos conectamos com o rio “nos permitimos sair de nossos corpos [...] e experimentar outras formas de existir”.

Aqui, passo a defender que no romance de Ezequiel Vitor Tuxá o rio é também um personagem, e, por atuar como persona, exerce também a ação de um sujeito de direito. A cosmologia indígena não aparta o ser humano das águas, dos animais, dos seres outros que povoam o planeta. Tratar mal a um rio, é tratar mal a um sujeito, uma entidade, um ser sagrado. Por isso, no romance, o rio é um personagem que sofre com as modificações provocadas pelo homem, mas ao mesmo tempo é um rio que ensina, que forma. É um rio-vida. Ao pensar o rio São Francisco como sujeito de direito na prosa de Ezequiel Vitor Tuxá, embaso-me no que defendeu o Tribunal Constitucional da Colômbia, que em 2016 reconheceu o rio Atrato como sujeito de direitos para garantir sua proteção. A ação da política colombiana visou preservar o rio e fugir da dicotomia humano *versus* natureza, da indissociabilidade entre as relações construídas apenas pelo humano. Ana Stela Câmara e Márcia Maria Fernandes, estudiosas do Direito Ambiental, ao estudarem sobre a constituição colombiana sobre o rio Atrato, enfatizam que:

Ao decidir sobre a demanda posta à apreciação, a Corte Constitucional colombiana, precisamente quanto aos direitos da Natureza e quanto aos direitos do rio Atrato, reconheceu não apenas o direito ao ambiente saudável e a necessidade de sanar as omissões estatais para assegurar direitos fundamentais das comunidades étnicas afetadas, como também reconheceu direitos do rio em si mesmo, considerando seu valor intrínseco e, portanto, conferindo-lhe a condição de sujeito de direitos (Câmara; Fernandes, 2018, p. 230).

O respeito ao rio, salientado na Colômbia coloca em xeque a falta de respeito que o humano não possui para com os demais seres que habitam e coabitam no universo. Se no romance de Ezequiel Vitor Tuxá, o rio abraça o menino e fala com ele, esse falar, para além de aspectos literários, metafóricos ou miméticos, entre os povos indígenas,

colombianos ou brasileiros, reforça uma literalidade cosmológica. Ser abraçado ou ouvir o rio, está para além da definição mercantilista que desvia, represa e mata os rios.

Concebendo o rio como personagem e sujeito de direito, Ezequiel Tuxá mergulha pela escrita do encantamento, da ancestralidade e da identidade. No romance, o professor segura na mão de Joaquim e o personagem mergulha. Ao mergulhar “uma voz misteriosa soou distante: – Ña dzu prikangi”. Mesmo tomado pelo medo, e sentindo que soltou a mão do professor, a criança continua o mergulho e ouve: “– Na água tem o que deseja. O que deseja está aqui dentro – disse uma voz grave” (Tuxá, 2022, p. 45). Ao completar 6 minutos e 9 segundos o professor puxa Joaquim à superfície, que estranha, porque sentiu que havia soltado a mão do professor. Esse tempo aparece como o limite que Joaquim conseguia ficar embaixo d’água. Um número emblemático, já que uma pessoa não consegue ficar embaixo d’água sem respirar por tanto tempo. Ele possuía uma ligação com o rio. O rio falou com Joaquim. O menino ganha uma concha do professor e volta para sua casa pensando no que havia ouvido. Joaquim havia escutado o rio.

O rio enquanto espaço de vida é também lido como espaço da memória e como corpo narrativo que traz à tona uma ferida. A construção da hidrelétrica, a inundação do território, a separação dos Tuxá e a entrada do homem branco no território dão a Vitor Tuxá a possibilidade de ficcionalizar um trauma que muito afetou seus antepassados. Construir uma hidrelétrica modifica o curso do rio, represa a água e sonhos, destrói comunidade, separa famílias. Jeanne Marie Gagnebin, em *Lembrar escrever esquecer* (2009), ao discutir sobre a cicatriz de Ulisses, figura heroica da *Odisseia*, observa que “na história da ferida que vira cicatriz encontramos, então, as noções de filiação, de aliança, de poder da palavra e de necessidade de narração” (Gagnebin, 2009, p. 109). Se a ferida física de Ulisses se torna uma cicatriz, a ferida colonial causada aos Tuxá continua sendo uma ferida aberta, que não sara nem cicatriza, pois as perdas continuam vivamente até nos dias de hoje. Por meio do romance de Ezequiel Vitor Tuxá, encontraremos as mesmas noções apontadas por Gagnebin (2009), uma vez que estamos diante de um romance que é construído imbuído da memória, das narrações dos mais velhos que comportam a memória do escritor. As noções de filiação e aliança se entrelaçam no tecido narrativo, bem como o poder da palavra e a necessidade de narração, de forma que *O que falam as águas?* é constituído como romance denúncia, mas também romance memória, romance

corpo, romance rio. Era necessário narrar a ferida deixada pela separação que a usina provocou.

A ferida que não cicatriza adquire várias formas no romance do escritor Tuxá. Se o rio é marcado pela ferida, o corpo de Joaquim adquire diversas outras: físicas, memoriais, morais, identitárias. Pedro, pai do personagem, reforça seu poder em não permitir que o menino vá ao rio, mesmo sem saber que anteriormente Joaquim já havia ido. O pai, então, repete uma das únicas narrativas que o menino sabe sobre a mãe: “filho, sua mãe era uma excelente nadadora, conhecia o rio como ninguém, mas isso não o impediu de afogá-la” (Tuxá, 2022, p. 50). A narrativa contada por Pedro a Joaquim esconde diversas camadas da vida de Añi (ou Ana, como ela é denominada por Pedro). Qualquer referência indígena é cortada para que Joaquim não se entenda. As feridas fortalecem a raiva que o personagem vai desenvolvendo no decorrer do romance. Quando questiona qual o povo a qual sua mãe pertencia, recebe como resposta: “– Hum... Ana não sabia – a boca cheia de comida – nada sobre sua história, era civilizada. Foi pega no laço, filho – cortou mais um pedaço de carne e levou à boca” (Tuxá, 2022, p. 53). Outra ferida vai se formando em Joaquim. Não saber sobre a sua própria história o machucava. A resposta de Pedro, homem branco, reforça uma marca colonial que se instaurou na sociedade e possui força até nos dias atuais. O conceito de mulher indígena pega no laço reforça um poder colonial que capturou corpos indígenas para o fenecimento. Dessa maneira, Aline Rochedo Pachamama rejeita essa denominação e destaca que “não há mulher indígena ‘pega no laço! Há a mulher indígena que foi e é ameaçada, capturada, violentada, escravizada. Ela é a representação de uma luta silenciosa, que perdura há séculos” (Pachamama, 2018, p. 11). A violência sofrida por Añi ficará evidente mais ao final do romance.

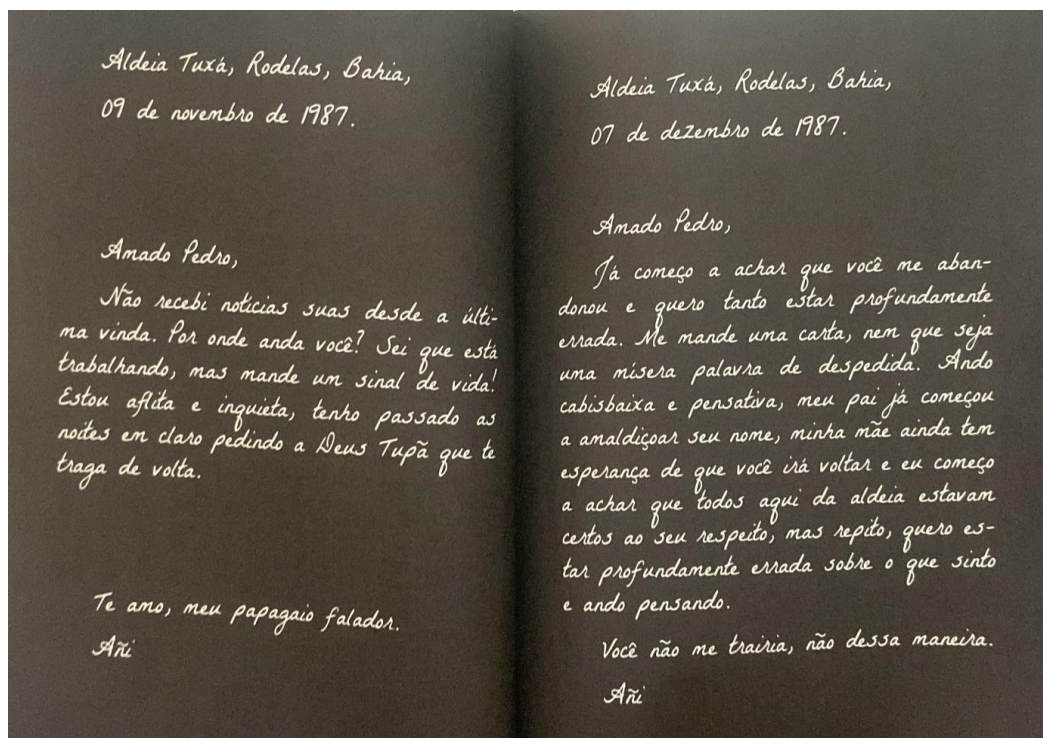
Joaquim carrega as feridas e o rio carrega o remédio. Mesmo impedido pelo pai, que nega a verdade sobre a sua história, Joaquim consegue ir novamente ao rio com a ajuda do professor. O menino compreendeu que a concha que havia ganhado do rio não possuía serventia na água da piscina. Apenas no rio a concha surtia efeito. Mais uma vez Joaquim mergulha e o rio fala com ele. Joaquim entende que o rio sabe sua história, por isso, inquieto, quer respostas. O rio, como personagem e sujeito de direito, conversa com Joaquim dizendo: “– Toda história tem um passado, passado e presente coexistem [...] Todo rio precisa do passado para correr para o futuro, sem passado tudo estagna, não

desaguamos em lugar nenhum” (Tuxá, 2022, p. 63). O rio forma Joaquim aos poucos. No entanto, numa postura dialógica, o narrador assume a voz e deixa um questionamento: “Que espaço o passado tinha no presente de Joaquim? Tudo que ele conhecia sobre o passado era por meio das histórias do seu pai, histórias cheias de lacunas e em cada lacuna ele se afogava no raso desconhecimento de si mesmo” (Tuxá, 2022, p. 63). Ezequiel Vitor Tuxá, em seu romance inicial, consegue articular de maneira contundente as articulações narrativas dos personagens e do narrador. Por meio de uma atitude dialógica, o narrador assume a vez para deixar uma pergunta retórica, seguida de explicações sobre a vida de Joaquim. Retorno então à concepção da cicatriz abordada por Gagnebin (2009), uma vez que as lacunas deixadas pelo pai refletem na constituição do menino Joaquim.

Mais que falar, o rio quer que Joaquim conte sua própria história. Mas, ainda movido pelas cicatrizes, o menino não sabe o que contar e possui diversos questionamentos: “[...] O que aconteceu com minha mãe? Qual é o meu povo? Porque tenho tantos pesadelos? Por que me deu aquela concha?” (Tuxá, 2022, p. 64). Joaquim quer se entender, mas para isso, precisa ser o próprio contador de sua narrativa. O rio personagem, em diálogo com o menino, exclama: “– Três amigos meus lhe contarão três histórias e você me contará a sua” (Tuxá, 2022, p. 64). Joaquim retorna à superfície. Ezequiel Tuxá possui uma forma de escrita que, ao final de cada capítulo há um breve conflito que será explicado em capítulos posteriores. O capítulo que segue, no entanto, não necessariamente continua o processo que fora narrado anteriormente. É o que acontece do capítulo 6 para o 7. O espaço agora já é novamente a casa de Joaquim. Uma personagem entra na narrativa: Maria, a empregada, que é sinônimo de acolhimento para o menino.

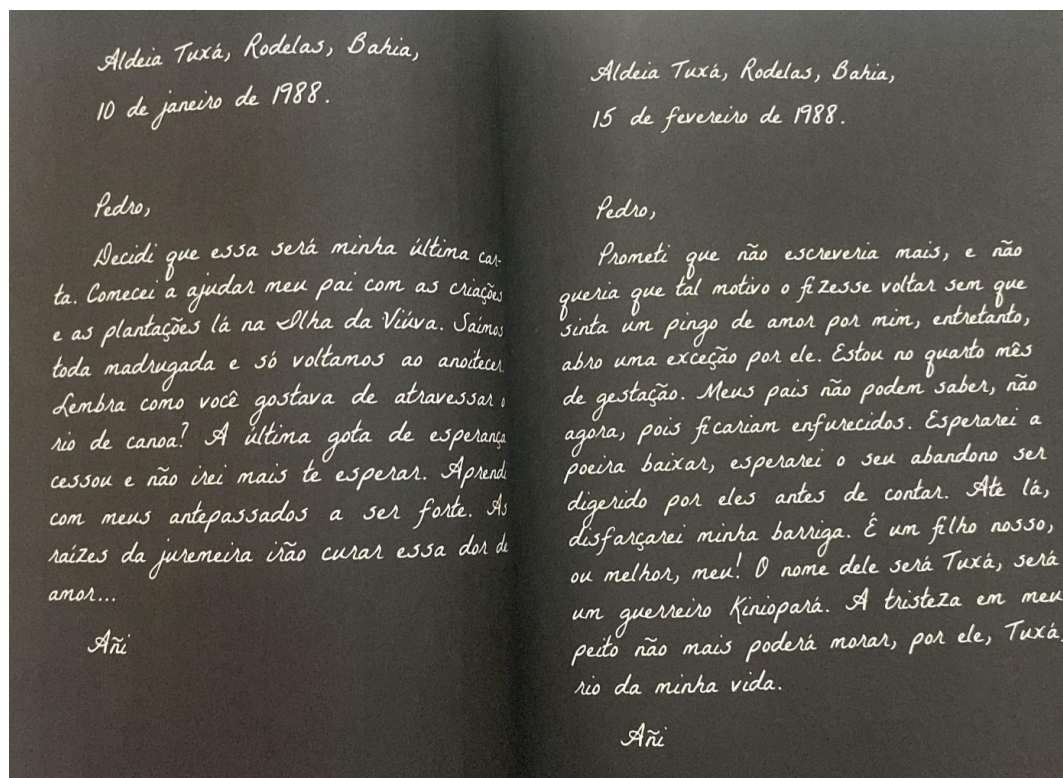
Maria preocupava-se com Joaquim. Pedro precisara viajar e o menino ficou sob os cuidados da empregada. Joaquim aguarda Maria dormir e pega as chaves do escritório de Pedro. Tal espaço é descrito como um local que o menino não podia acessar. A curiosidade aguçava os pensamentos do garoto em tentar descobrir algo. Vale pontuar que Pedro era funcionário da CHESF (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco). Por trás de um mapa da bacia hidrográfica do Velho Chico, Joaquim encontrou uma caixa de madeira escondida. Na caixa, a revelação: “Cartas. Fotos. Um recorte de jornal” (Tuxá, 2022, p. 71). Por meio das cartas, o leitor compreende a abertura do romance, quando Pedro toma o filho das mãos do pajé:

Figura 1



(Tuxá, 2022, p. 72-73)

Figura 2



(Tuxá, 2022, p. 74-75)

Ao ler as cartas Joaquim compreende que a mãe foi abandonada por Pedro, que seu nome era Tuxá e que sua mãe se chamava Añi e não Ana. As cartas enviadas por Añi datam de novembro de 1987 a fevereiro de 1988. Aqui, vale pontuar que a Usina de Itaparica foi inaugurada em 1988. A entrada do personagem no território dialoga com os marcos históricos reais que levaram à construção da hidrelétrica no território Tuxá. O modo como Añi escreve para Pedro carrega marcas de decepção. A primeira carta ainda reverbera um sentimento de amor e esperança. Nas demais, mesmo sem querer acreditar, Añi sabia que havia sido abandonada. Tal como acontece em *Iracema*, no romance de Ezequiel Vitor Tuxá o homem branco também parte e abandona a indígena, mas, diferente do que acontece no romance de Alencar, no qual “uma tarde Iracema viu de longe dois guerreiros que avançavam pelas praias do mar [e] instantes depois elas esqueciam nos braços do esposo tantos dias de saudade abandono” (Alencar, 2010, p. 86 [inserção minha]), o autor indígena não romantiza o abandono, trazendo de volta aquele que deixou a indígena só. Se em Alencar, Iracema perdoa o abandono de Martim, em *O que falam as águas?* a crítica é bem maior. Pedro retorna. E o que ele faz, provoca a morte.

Joaquim, filho de Añi e Pedro, ainda descobre um recorte de jornal que apresentava uma manchete sobre a possível morte de sua mãe: “*O corpo desaparecido de uma mulher indígena ainda não foi encontrado no rio. Autoridades encerram procura e arquivam o caso*” (Tuxá, 2022, p. 76, grifos do autor). Após ler as cartas, a manchete e visualizar fotos, Joaquim desmaia e cai. O capítulo oitavo retorna ao assunto da descoberta do passado familiar de Joaquim. Pedro encontra a concha na bolsa do menino e o questiona de onde vinha. Joaquim utiliza o momento para declamar que o pai era mentiroso, que havia negado a sua história. Pedro, incrédulo pela descoberta do pequeno, afirma que se afastou de Añi para protegê-la e aponta: “Eu, ardilosamente, ajudei a inundar a aldeia de sua mãe em troca de um bom emprego” (Tuxá, 2022, p. 91). Aqui, então, o leitor compreende o processo de chegada do homem branco no território indígena. Tal como ocorreu em *Iracema*, em que a entrada de Martim visava o lucro, as terras, no romance do autor indígena, a entrada de Pedro visava a construção da hidrelétrica, o bom trabalho para o próprio. Pedro explica a Joaquim sem receio nenhum que o plano já estava arquitetado antes de sua chegada à Ilha da Viúva, “mas os Tuxá eram os empecilhos para o projeto” (Tuxá, 2022, p. 92). O projeto visava a construção da

usina e o afastamento dos indígenas e a resposta de Pedro para os questionamentos de Joaquim pautaram-se na ideia de proteção.

Joaquim questiona tal proteção: “se foi para me proteger, porque não me ajudou a existir? Se eu não tenho raiz, memória, um chão para chamar de lar, o que me resta neste mundo?” (Tuxá, 2022, p. 93). As perguntas/respostas do personagem dialogam com a concepção de passado memorial apontada por Daniel Munduruku. Para o escritor indígena, o passado “serve para nos lembrar quem somos, de onde viemos e para onde caminhamos. Um povo sem memória ancestral é um povo perdido no tempo e no espaço” (Munduruku, 2017, p. 49). Nesse contexto, Joaquim necessitava entender o seu passado para se conectar à sua ancestralidade. Os questionamentos do menino visavam ao próprio reconhecimento enquanto sujeito de direito. Sem se entender/conhecer, o menino estava perdido.

No entanto, o rio provoca o início do reencontro de Joaquim com a sua identidade indígena. Joaquim era Tuxá. Por fim, no rio, Tuxá ouve a história narrada por Añi, sua própria mãe. Nessa última história, o menino entende, então, tudo o que aconteceu com sua mãe, seus avós, seus antepassados, seu território.

– Bom, é uma história triste e violenta. Lembro-me de mãos segurando meus ombros por trás e me afundando no rio, lembro-me de muito resistir tentando procurar ar em uma das vezes que consegui ir até a superfície. Os meus pais boiando na água... mas quem tentava me afundar era forte e teve ajuda de mais dois pares de mãos. Eu não consegui ver os rostos, mas vi as mãos brancas dentro d'água. Apaguei (Tuxá, 2022, p. 123).

A versão da própria Añi demonstra a crueldade de Pedro e da construção da hidrelétrica. A jovem indígena teve seus pais assassinados por afogamento nas águas do Opará. Añi ia com seus pais de canoa até a Ilha da Viúva, despedirem-se do local que seria inundado; mas antes, deixaram Tuxá com o pajé. Joaquim entende quem foi o responsável pela morte de seus avós. Mas Añi continua e informa ao menino que não morreu afogada no rio. Explica ao filho que tanto buscava a verdade: “– Não. Acordei em um lugar escuro, esse aqui – com um dos braços, Añi abarcou a biblioteca –, com Pedro de joelhos me pedindo perdão sem cessar. Dizia que não podia mais voltar atrás e que *tinha que ser desse jeito*” (Tuxá, 2022, p. 123, grifos do autor). Frágil após a tentativa de afogamento, a mulher foi levada para a casa e mantida em cárcere. A criança só ficava com Añi nos momentos de amamentação. Assim, a personagem definhava.

Pedro me matou? – Añi segurou com mais força a mão de seu filho. – Ele matou a parte que queria viver, matou meus pais, destruiu nosso chão, o seu conhecimento.
– Por que Pedro fez isso?
– Por dinheiro (Tuxá, 2022, p. 123).

Para os Tuxá, o rio era vida. Para Pedro e a CHESF, o rio era lucro. Não importava o método utilizado, a hidrelétrica precisava ser construída, os Tuxá precisavam sair de seus territórios. Pedro não mata Añi no afogamento, mas no definhamento, na separação da mãe e da criança, no assassinato dos pais de Añi, na destruição do território Tuxá. O desaparecimento e a morte da personagem revelam o poder de Pedro frente à construção da barragem. Iracema tem por fim a morte. Añi também. Iracema morre após o parto. Añi é assassinada e enterrada na biblioteca. Notícia nenhuma mais se ouviu sobre a mulher que havia desaparecido no rio. Mas o romance não se encerra. Tuxá precisava contar sua história. O rio esperava. Embora negando, o menino conta: “– Eu fui fraco. Eu sou fraco. Eu escondia garrafas de cachaça embaixo da cama, amarrada em uma das madeiras que sustentava o colchão” (Tuxá, 2022, p. 135). O menino Tuxá encontrava no álcool uma fuga para tamanha rejeição. Embriagava-se, represava a dor. Tuxá era o próprio rio, mas funcionava como “uma represa que espera a liberdade” (Tuxá, 2022, p. 135).

O problema da água foi solucionado em Porto dos Enxutos. No último capítulo, Tuxá retorna de um afogamento. Seu professor estava lá. Tuxá havia se curado. A água havia o curado. O rio cura. O rio personagem era, também, o próprio menino. Em sua cabeça, o professor colocou um cocar branco, fazendo referência ao cocar com o qual a mãe havia se casado. Joaquim/Tuxá escutou a voz do rio e o rio escutou a voz do menino. De tal maneira, como nos afirma Ailton Krenak (2022, p. 27) “vamos escutar a voz dos rios, pois eles falam”. Retomando então a pergunta do pajé no capítulo inicial do romance: “mas você sabe do que o rio é capaz, não sabe?”. O rio em *O que falam as águas?* é capaz de curar, mesmo com a separação que a usina causou. Ezequiel Tuxá, como expoente na prosa contemporânea, traz para nós um romance cheio de descobertas, de memórias, de denúncias.

Considerações

As cosmologias indígenas, ao adentrarem aos textos literários, revelam a possibilidade de diálogo entre conhecimento ancestral e materialidade literária. De tal forma, Ezequiel Tuxá, como escritor expoente da prosa contemporânea, narra, em seu romance de estreia, uma ferida que precisava ser contada para não ser esquecida. Vale pontuar que não foi o rio que separou os Tuxá. Quem separou foi a usina, a construção do homem branco. Pedro, enquanto colonizador que entra no território em busca de poder, simboliza também a divisão, a violência e a morte. *O que falam as águas?* (2022) reage ao projeto colonial que insiste em invadir territórios, rios e comunidades indígenas. As águas falam e denunciam que é preciso resistir a tais projetos. Em entrevista, Ezequiel Tuxá deixa claro que “*O que falam as águas?* é parte materializada dessa minha resiliência, mas também um chamamento para entender o que um desastre ambiental causa psicicamente numa população indígena” (Silva Filho, 2024, p. 102). Mudar o curso do rio e afetar famílias é, também, um desastre ambiental. Por isso, o romance do autor indígena é um romance crítica.

De tal forma, da entrada de Pedro no território Tuxá até o descobrimento da verdadeira história por parte de Joaquim/Tuxá, o autor indígena deixa evidente que para o homem branco, o lucro estará sempre acima de tudo, inclusive acima de vidas e de histórias de luta. O romance é, também, uma crítica ao projeto da CHESF que, para além da ficção, foi a principal responsável pela separação dos Tuxá e pela construção da hidrelétrica. Pedro, no romance, foi uma peça no jogo esquematizado para a implantação da usina.

Assim, o romance de Ezequiel Tuxá é denúncia, mas também é anúncio da ancestralidade. O rio que fala, é também um sujeito encantando, uma força da Natureza, que para os povos indígenas também possui vida, significado e merece o devido respeito. Na literatura indígena de Ezequiel Tuxá, o rio que falou com Joaquim/Tuxá também fala conosco, indígenas e não indígenas: é preciso cuidar, preservar, não destruir e não separar. Afinal, todos nós sabemos do que o rio é capaz. Sabemos, sim.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. **Iracema**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010.

CÂMARA, Ana Stela; FERNANDES, Márcia Maria. O reconhecimento jurídico do Rio Atrato como sujeito de direitos: reflexões sobre a mudança de paradigma nas relações entre o ser humano e a natureza. **Revista Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 12, n. 1, p. 1984-1639, 2018.

CRUZ, Felipe Sotto Maior (Felipe Tuxá). **‘Quando a terra sair’ Os índios Tuxá de Rodelas e a barragem de Itaparica: memórias do desterro, memórias da resistência**. 2017. 143f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. Brasília. 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

MUNDURUKU, Daniel. **Mundurukando 2: sobre vivências, piolhos e afetos – roda de conversas com educadores**. Lorena/SP, UK’A Editorial, 2017.

PACHAMAMA, Aline Rochedo (Churiah Puri). **Guerreiras (M’baima Miliguapy): mulheres indígenas na cidade, mulheres indígenas na aldeia**. Rio de Janeiro: Editora Pachamama, 2018.

SCHWARTZ, Adriano. A tendência autobiográfica do romance contemporâneo: Coetzee, Roth e Piglia Adriano Schwartz. **Novos estudos CEBRAP**, p. 83-97, 2013.

SILVA FILHO, Joel Vieira da. Jovens autores indígenas na cena literária contemporânea: Ezequiel Vitor Tuxá e Ellen Lima Wassu. **Travessias Interativas**, n. 32, p. 100-108, 2024.

TUXÁ, Ezequiel Vitor. **O que falam as águas?** Salvador: EDTÓRA/Sociedade da Prensa, 2022.